



Estivemos com o Secretário de Esporte Educacional do Ministério do Esporte Júlio Filgueiras e conversamos sobre o Programa Segundo Tempo, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, no contra-turno e com enfoque principal no esporte educacional.

Democratizando a prática esportiva

E.F. – Como funciona o Programa Segundo Tempo?

Júlio Filgueira – O programa oferece vivência e iniciação esportiva para crianças e jovens no contra-turno escolar (a criança que estuda pela manhã faz esporte à tarde e vice-versa). Oferecemos duas modalidades coletivas e uma individual, ao longo do ano.

E.F. – Como o Programa se encaixa nas Políticas de Esporte Educacional?

O programa destina-se a democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social. Sua efetivação como Política Pública é sensibilizar gestores nas esferas estaduais e, sobretudo, municipais. Além disso, pretende radicalizar o processo de integração do esporte com o projeto pedagógico educacional.

Mais do que constituir uma rede de atendimento universalizante, o Segundo Tempo busca constituir uma tecnologia sócio-educacional, capaz de maximizar a contribuição do esporte ao processo formativo de crianças, adolescentes e jovens.

E.F. – Qual a relação do Programa Segundo Tempo e da Política Setorial de Esporte Educacional com as Políticas de Educação do MEC?

A SNEED parte do princípio de que o Esporte é um Bem da Humanidade. A universalidade do acesso ao esporte somente será alcançada por meio de uma parceria consistente entre a política de esporte educacional e a

política de educação do MEC. O projeto pedagógico educacional deve considerar o esporte como parte de seus componentes curriculares, por intermédio da Educação Física, e como parte de sua estratégia básica de formação, por meio de ações e práticas complementares. A relação da política setorial de esporte educacional com a política de educação do MEC não é uma opção, se desejamos universalizar o acesso, é, antes, um imperativo.

O investimento em esporte reduz o sedentarismo, os problemas cardíacos e outras doenças



E.F. – Quais as perspectivas administrativas e pedagógicas do Programa Segundo Tempo?

O Programa passa por um rico momento de qualificação e aperfeiçoamento. A SNEED definiu um conjunto de ações estratégicas que caracterizam esse processo, dentre as quais destacamos: Qualificação e ampliação da abrangência do Programa, com fortalecimento das parcerias institucionais com estados e municípios; Oferta do Programa no Ensino Médio e Superior; Qualificação e aprimoramento da gestão do Programa e do processo de capacitação de gestores, professores e monitores, com a implantação de um sistema de acompanhamento pedagógico e administrativo; Ampliação das ações intersetoriais do Segundo Tempo, através do estabelecimento de uma rede de proteção social à infância; entre outras.



E.F. – Então, mais do que uma proposta educativa, o Segundo tempo é uma ferramenta social.

Júlio Filgueira – Claro. Uma ferramenta importante de inclusão social e desenvolvimento humano. O esporte lida com valores importantes para a vida: ter disciplina, aprender a ganhar e a perder, ter noção que tem que obedecer a regras e superar limites. São elementos importantes para a gente se formar como cidadãos. Além disto, o acesso à prática esportiva ajuda a preencher o tempo ocioso de crianças e adolescentes que poderiam estar na rua. No caso de jovens, adultos e pessoas da terceira idade, presta um fator de promoção da saúde. Se a gente investisse mais em esporte, com certeza, teríamos menos pessoas sedentárias, com problemas cardíacos ou outras doenças.

E.F. – A Secretaria de Esporte Educacional está preparando um Congresso a respeito do assunto. Qual a finalidade?

O Congresso de Esporte Educacional possibilitará à Secretaria Nacional de Esporte Educacional – SNEED,

em um processo de debate amplo e transparente, refletir sobre o atual estágio da sua política setorial, oferecendo elementos para a discussão que será travada no âmbito da III Conferência Nacional do Esporte.

E.F. – O que esperar deste Congresso?

O objetivo é discutir a Política Setorial de Esporte Educacional, validar os fundamentos pedagógicos do Segundo Tempo e sistematizar as experiências com o Programa. Ele pretende explorar o contraditório para poder extrair o melhor daquilo que fomos capazes de produzir a partir de nossas reflexões e estudos acadêmicos, a partir da nossa prática como gestores e a partir de nossos propósitos como cidadãos.

O Congresso, programado para o período de 1 a 4 de abril de 2009, será o ápice de um movimento que pretende sistematizar essas reflexões sobre o Esporte Educacional e sobre a dimensão que o mesmo adquire no sistema esportivo brasileiro.

O programa destina-se a democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social.

E.F. – Qual a programação proposta?

O Tema Geral do Congresso será: Esporte Educacional, Educação Inclusiva e o Direito das Crianças e Jovens à Prática Esportiva de Qualidade.

A Programação do evento prevê a discussão da relação entre Esporte Educacional e Cultura da Paz, Educação Ambiental, Educação para a Saúde, Eventos Esportivos para Crianças e Jovens, Organizações de Apoio ao Esporte para Crianças e Jovens, Potencial Esportivo, Inclusão, Produção do Conhecimento, Projetos Esportivos Sociais e Políticas Públicas. A programação prevê, ainda, a apresentação da Carta Brasileira do Esporte Educacional. 

